



RELATÓRIO
ANUAL
2017
—
VERSÃO
COMPLETA

INTRODUÇÃO

O relatório anual é um documento muito importante que o RandonPrev prepara anualmente para que você possa acompanhar a situação do seu plano de aposentadoria e da Entidade. Assim, você se mantém bem informado sobre este valioso investimento que está fazendo para o seu futuro!

Nas próximas páginas, você verá a íntegra dos documentos que a Entidade prepara para demonstrar os números de 2017 do RandonPrev, como os resultados dos investimentos e a forma como foram realizados, os gastos com a administração da Entidade e do Plano, e um parecer final de profissionais especializados sobre a situação econômica, financeira e atuarial do plano.

Também foi elaborada uma versão resumida do relatório anual, que traz as principais informações do modelo completo de forma breve e com uma linguagem mais didática, facilitando a interpretação dos números.

Aproveite a leitura!

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------------------------------------|-----------|
| Mensagem da Diretoria..... | 4 |
| Composição dos Conselhos..... | 5 |
| PERFIL DO RANDONPREV..... | 6 |
| Patrimônio..... | 7 |
| Participantes..... | 8 |
| Despesas..... | 9 |
| Série Histórica..... | 10 |
| INFORMAÇÕES SOBRE INVESTIMENTOS..... | 11 |
| Resumo da Política de Investimentos..... | 12 |
| Resultados dos Investimentos..... | 15 |
| Comentários do Gestor..... | 17 |
| INFORMAÇÕES CONTÁBEIS..... | 19 |
| Balanço Patrimonial..... | 20 |
| DMPS – Demonstração da Mutação do Patrimônio Social..... | 21 |
| DPGA – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa..... | 22 |
| DMAL – Demonstração da Mutação do Ativo Líquido..... | 23 |
| DAL – Demonstração do Ativo Líquido..... | 24 |
| DPT - Demonstração das Provisões Técnicas..... | 25 |
| NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS..... | 26 |
| PARECERES..... | 43 |
| Relatório dos auditores independentes..... | 44 |
| Ata de reunião do Conselho Deliberativo..... | 47 |
| Parecer do Conselho Fiscal..... | 49 |
| Parecer Atuarial..... | 50 |



www.randonprev.com.br



MENSAGEM DA DIRETORIA



DIVERSIFICAR É PRECISO!

Apesar dos últimos anos turbulentos na política e na economia do Brasil, parece que o País começou a reagir, pelo menos é o que indicam alguns números. Os índices de desemprego estão, lentamente, diminuindo, o consumo do brasileiro voltou a patamares melhores e a inflação está mais controlada. Como consequência disso, a taxa básica de juros da economia também caiu.

E o que isso quer dizer? A festa dos rendimentos altos na renda fixa acabou. As constantes reduções na taxa de juros básica da economia – ao longo de 2017 ela caiu todos os meses – reduzem os ganhos na renda fixa e aumentam a pressão sobre os investidores para a necessidade de diversificação dos investimentos.

Por definição, a diversificação de investimentos é uma técnica que permite reduzir riscos e maximizar ganhos, por meio da alocação dos recursos em diferentes formas de aplicação financeira, de modo que o desempenho negativo de uma delas não signifique perdas definitivas ao investidor. É aquela velha história de não colocar todos os ovos na mesma cesta.

E foi por este caminho que a equipe de investimentos do Randonprev seguiu em 2017 e continua seguindo em 2018. É preciso preservar o patrimônio dos nossos participantes para a aposentadoria e buscar alternativas para proporcionar melhores rendimentos nos próximos anos. Neste cenário, a diversificação da carteira de investimentos se mostra bastante eficiente. Portanto, é preciso administrar a “ansiedade” que esses movimentos geram, já que são ajustes necessários para a manutenção de um futuro seguro e tranquilo.

Especialistas apontam para um 2018 com taxas de juros em patamares baixos, mas não se pode esquecer que este é um ano eleitoral, e dependendo do cenário que se desenhar, pode haver novas movimentações na economia e, conseqüentemente, ajustes nas taxas de juros.

Acompanhe periodicamente seus investimentos, ajustando seu perfil de investimentos nas datas apropriadas. Se precisar de orientação, conte com o suporte da equipe do Randonprev.

Um abraço.

Diretoria do RandonPrev

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS

CONSELHO DELIBERATIVO

Alexandre Randon
Presidente

Alexandre Dorival Gazzi
Vice Presidente

Daniel Raul Randon
Conselheiro

Anderson Pontalti
Conselheiro

Augusto Giongo Letti
Suplente

Esdânio Nilton Pereira
Suplente

Ricardo Escoboza
Suplente

Norberto José Fabris
Suplente

DIRETORIA EXECUTIVA

Ademar Salvador
Diretor Superintendente

Jaime Marchet
Diretor

Sérgio Martins Barbosa
Diretor

Rui de Oliveira Bueno
Diretor

CONSELHO FISCAL

Luiz Carlos de Lima
Presidente

Dionéia Canal
Conselheira

Maristela Pellin
Suplente

**Paulo S. Izaguirre
Trindade**
Conselheiro

Roberto Carlos Pezzi
Suplente

**Gleudson de
Carvalho Cearon**
Suplente

PERFIL DO RANDONPREV





Patrimônio da Entidade

Em milhões

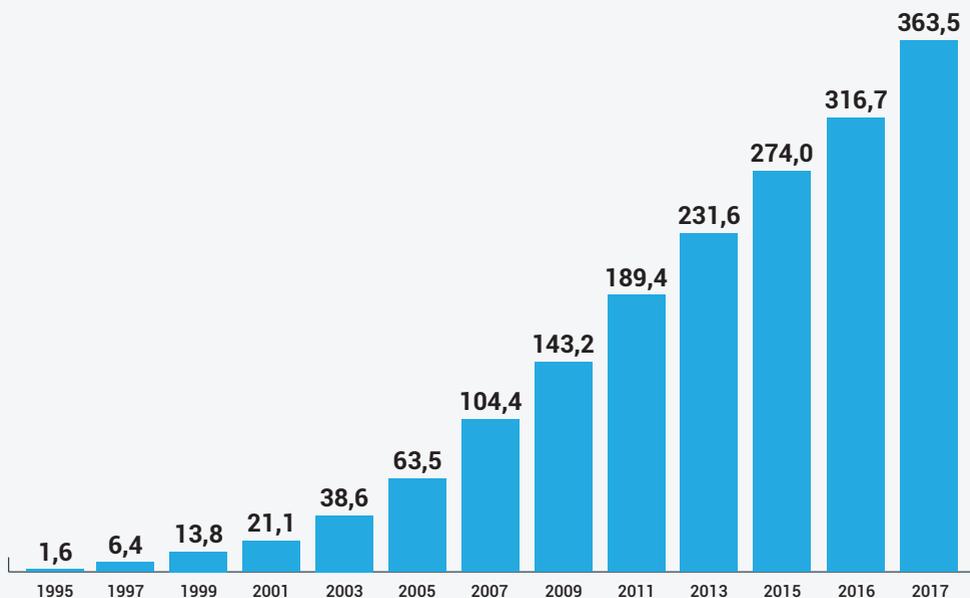
R\$ 363,5

Em dezembro de 2017



Evolução do Patrimônio

Em milhões de R\$



PARTICIPANTES



ATIVOS

8.351

Atuais funcionários da Randon que aderiram ao plano



AUTOPATROCINADOS

135

Ex-funcionários da Randon que decidiram continuar contribuindo para o plano



BPDS

76

Ex-funcionários da Randon que continuam no plano, sem contribuir, aguardando o benefício



ASSISTIDOS

240

Ex-funcionários da Randon, ou seus pensionistas, que recebem o benefício de aposentadoria pelo plano

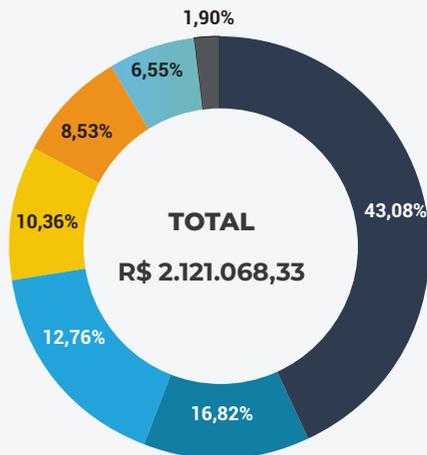
TOTAL

8.802

DESPESAS DA ENTIDADE

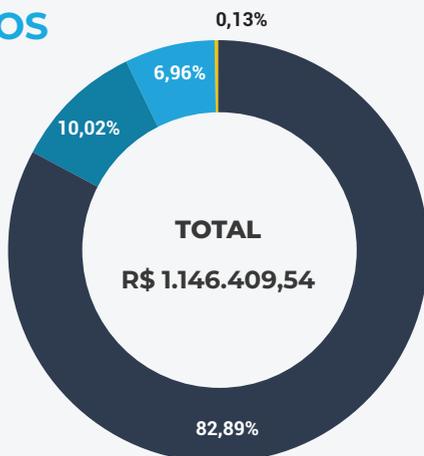
ADMINISTRAÇÃO DA ENTIDADE

| | em R\$ |
|----------------------------------------------------------------------|------------|
| Próprio | 913.649,33 |
| Consultoria Administração do Passivo (Previd., Contábil, Tesouraria) | 356.701,14 |
| Terceirizado | 270.613,23 |
| Consultoria Atuarial | 219.739,50 |
| Tributos | 181.016,74 |
| Despesas Diversas | 139.011,11 |
| Auditoria | 40.337,28 |



GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

| | em R\$ |
|---------------------------------------------------|------------|
| Taxa de Administração | 950.254,96 |
| Consultoria de Investimentos / Controle de Riscos | 114.892,80 |
| Tributos Pis/Cofins | 79.774,85 |
| Taxa CETIP/SELIC/CBLC | 1.486,93 |

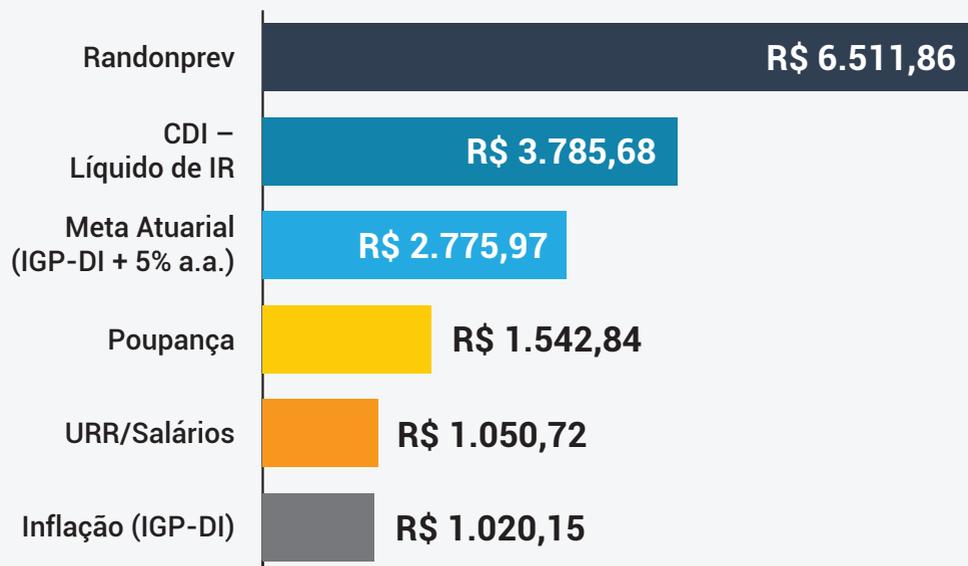


TOTAL
R\$ 3.267.477,87

SÉRIE HISTÓRICA

Veja, abaixo, o retorno que o RandonPrev proporcionou aos seus participantes em comparação com outros investimentos, desde o início do Plano, em 10 de junho de 1994, até a data de 31 de dezembro de 2017.

Considerando um aporte único de R\$ 100,00 em 10 de junho de 1994, você teria, agora:



INFORMAÇÕES SOBRE INVESTIMENTOS



RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

As informações a seguir referem-se à Política de Investimentos do Plano de Benefícios Randonprev e do Plano de Gestão Administrativa – PGA, administrados pela RandonPrev, relativas ao exercício de 2017 e aprovadas em 20/12/2016:

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Indexador por Plano/Segmento – Período de Referência: 01/2017 a 12/2017

| Participação % | Plano / Segmento | % Indexador | Indexador | Taxa de juros % aa |
|----------------|----------------------------|-------------|------------|--------------------|
| 59,50 | Plano | 100,00 | IMA-Geral | 0,00 |
| 25,50 | Plano | 100,00 | IMA-S | 0,00 |
| 15,00 | Plano | 100,00 | IBrX | 0,00 |
| 70,00 | Renda Fixa | 100,00 | IMA-Geral | 0,00 |
| 30,00 | Renda Fixa | 100,00 | IMA-S | 0,00 |
| 100,00 | Renda Variável | 100,00 | IBrX | 0,00 |
| 100,00 | Investimentos Estruturados | 100,00 | DI-CETIP | 0,00 |
| 100,00 | Investimentos no Exterior | 100,00 | MSCI-World | 0,00 |

DOCUMENTAÇÃO / RESPONSÁVEIS

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

| Período | Segmento | Nome | CPF | Cargo |
|-------------------------|----------|-----------------|----------------|---------|
| 01/01/2017 a 31/12/2017 | Plano | Ademar Salvador | 220.575.790-34 | Diretor |

CONTROLE DE RISCO

RISCO DE MERCADO

Também conhecido como volatilidade é a possibilidade de ocorrerem perdas devido às oscilações nos preços dos ativos do mercado financeiro, como ações, taxas de juro e taxas de câmbio, por exemplo.

RISCO DE LIQUIDEZ

Liquidez é a facilidade ou a dificuldade em vender um ativo. O risco é proveniente quando é impossível se desfazer de um ativo, sendo necessário reduzir o seu valor para ter acesso mais rápido ao dinheiro.

RISCO DE CONTRAPARTE

Ocorre quando existe a possibilidade de que uma parte do negócio não cumpra as suas obrigações contratuais.

RISCO LEGAL

Caso uma parte sofra uma perda porque as leis ou regulações não dão suporte às regras e interesses que são mantidos pelo sistema de liquidação.

RISCO OPERACIONAL

É a possibilidade de perdas por falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas relacionados ao investimento em questão.

OUTROS

| | |
|--------------------------------------------------|-----------------------|
| Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Não | Dispõe de Manual: Não |
| Possui modelo proprietário de risco: Sim | Dispõe de Manual: Não |
| Realiza Estudos de ALM: Não | |

Observação: Todos os ativos são marcados a mercado. Como a gestão é totalmente terceirizada, a responsabilidade pelo apreçamento dos ativos é dos gestores e custodiantes. Os controles de riscos são realizados pelos gestores de recursos e acompanhados através de relatórios elaborados por consultoria especializada.

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017

| Segmento | | Mínimo % | Máximo % | Alvo % |
|----------------------------|-----------|----------|----------|--------|
| Renda Fixa | Plano | 50,00 | 100,00 | 80,00 |
| | PGA | 60,00 | 100,00 | 75,00 |
| Renda Variável | Plano | 0,00 | 40,00 | 15,00 |
| | PGA | 0,00 | 20,00 | 15,00 |
| Investimentos Estruturados | Plano/PGA | 0,00 | 10,00 | 5,00 |
| Investimentos no Exterior | Plano/PGA | 0,00 | 10,00 | 5,00 |

- A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim
- Utiliza derivativos? Sim
- Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim
- Existência de sistemas de controles internos? Sim

Observação: A Entidade realiza avaliação prévia dos riscos envolvidos na definição da alocação estratégica nas diferentes classes de ativos, com o apoio da consultoria de investimentos no momento da definição da PI. A avaliação prévia dos riscos envolvidos na alocação de ativos e derivativos é de responsabilidade dos gestores de recursos, devendo seguir as diretrizes definidas na PI.

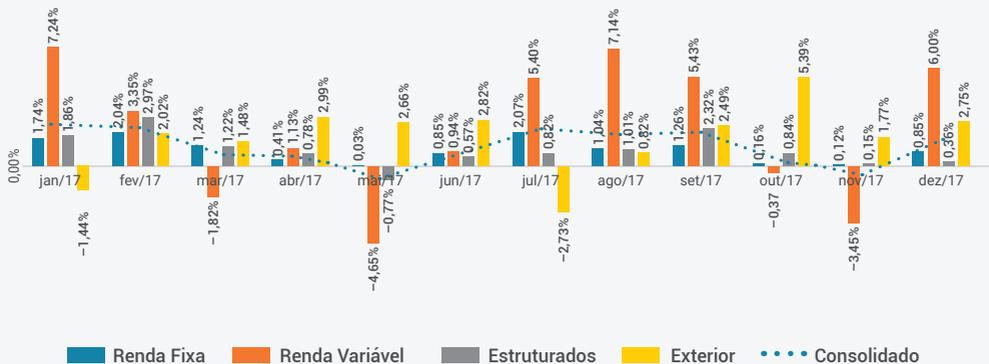
PERFIS DE INVESTIMENTO

Os Perfis de Investimento são aplicáveis somente ao Plano Randonprev, e seguiram esta alocação para o ano de 2017:

| Perfil | Segmento | Mínimo % | Máximo % |
|-------------|----------------------------|----------|----------|
| Conservador | Renda Fixa | 90,00 | 100,00 |
| | Investimentos Estruturados | 0,00 | 10,00 |
| Moderado | Renda Fixa | 60,00 | 100,00 |
| | Renda Variável | 0,00 | 20,00 |
| | Investimentos Estruturados | 0,00 | 10,00 |
| | Investimentos no Exterior | 0,00 | 10,00 |
| Agressivo | Renda Fixa | 40,00 | 100,00 |
| | Renda Variável | 0,00 | 40,00 |
| | Investimentos Estruturados | 0,00 | 10,00 |
| | Investimentos no Exterior | 0,00 | 10,00 |

RESULTADOS DOS INVESTIMENTOS

RENTABILIDADE LÍQUIDA MENSAL POR SEGMENTO



RENTABILIDADE LÍQUIDA ACUMULADA POR SEGMENTO



RENTABILIDADE POR FUNDOS E GESTOR

| Bradesco | | Rentabilidade |
|----------------|------------------------------------------------------|---------------|
| Renda Fixa | Bradesco FI Multimerc Plus | 10,55% |
| | Bram FI RF Ima Geral | 13,39% |
| | Bram Institucional FI RF IRF-M | 15,25% |
| Renda Variável | Renda Variável | 29,38% |
| Estruturados | Bradesco H FI Multimerc Macro ⁽¹⁾ | 7,03% |
| | Bradesco Global FI em Ações Investimento No Exterior | 26,92% |
| Exterior | Bradesco FI Multimerc Investimento No Exterior | 0,84% |
| | Yield Explorer ⁽³⁾ | |

| Itaú Unibanco | | Rentabilidade |
|----------------|-------------------------------------------------------------------------|---------------|
| Renda Fixa | Itaú Vértice C RF - FI | 10,53% |
| | Itaú-Unibanco Fidelidade W3 RF FI | 10,17% |
| | Itaú Verso M RF FI | 15,16% |
| | Itaú Verso B RF FI | 12,86% |
| | Itaú RF Juros Ocean FI | 11,36% |
| | Itaú Verso P Créd Priv RF FI ⁽³⁾ | 1,13% |
| | Itaú Verso E RF FI ⁽³⁾ | 1,32% |
| Renda Variável | Itaú Index Ações Ibrx - FI | 28,37% |
| | Itaú Institucional Ações Phoenix FI | 33,70% |
| | Itaú Fof Rpi 30 Ações Ibovespa Ativo FICFI | 26,01% |
| Estruturados | Kinea Pipe FI Em Ações | 39,57% |
| | Itaú Hedge Plus Multimerc FICFI | 11,65% |
| | Itaú Hedge Multimerc - FI | 9,97% |
| Exterior | Fof Multi Global Equities Multimerc Invest no Exterior FICFles | 19,14% |
| | Itaú Us Equities II FI Cotas FI Ações Invest no Exterior ⁽²⁾ | 10,41% |

Notas:

- ⁽¹⁾ rentabilidade a partir de abril/2017
⁽²⁾ rentabilidade a partir de maio/2017
⁽³⁾ rentabilidade a partir de novembro/2017

COMENTÁRIOS DO GESTOR SOBRE OS INVESTIMENTOS

Processo de recuperação da atividade se consolida com ciclo de corte de juros

O ano de 2017 ficou marcado pela melhora nas condições financeiras globais.

A sincronização do crescimento econômico robusto entre as principais economias desenvolvidas, bem como o desempenho satisfatório e sem surpresas da economia chinesa, foram imprescindíveis para a performance positiva dos ativos financeiros tanto nos mercados desenvolvidos como nos emergentes. Por outro lado, e não menos importante, a elevação da inflação global tem se dado de maneira lenta, permitindo que o processo de normalização dos juros ocorra de forma moderada nas economias desenvolvidas. Nesse caso, vale destacar o caso norte-americano, no qual a recuperação da economia e o aquecimento do mercado de trabalho ainda não foram suficientes para pressionar a inflação, implicando em uma reação mais cautelosa do FED em relação à outros ciclos de alta de juros. No atual ciclo de aperto monetário, as três elevações de juros realizadas pelo FED em 2017 não impactaram substancialmente o desempenho dos ativos financeiros globais. Entre as moedas, o dólar se manteve em patamar depreciado, contribuindo para a performance positiva das commodities. A combinação de crescimento econômico forte com inflação baixa, por sua vez, manteve as curvas de juros bem comportadas, assim como as bolsas em tendência de valorização.

Em meio ao cenário global benigno, o Brasil realizou avanços importantes. Além da mobilização em torno da necessidade de realização da Reforma da Previdência, o processo de restauração da confiança na condução da política fiscal contou com a continuidade do ajuste das contas públicas, com queda de 10,7% das despesas discricionárias até novembro. O aumento de 7,4% nas despesas obrigatórias (INSS e benefícios) no mesmo período, por sua vez, revela a necessidade de persistir na execução de reformas estruturais. Do ponto de vista da política monetária, a reformulação da taxa de juros de longo prazo (TLP) para algo mais condizente com as taxas de mercado foi uma mudança estrutural importante. No que tange ao curto prazo, a conjuntura de uma economia que ainda inicia sua saída do ciclo de recessão, juntamente com um contexto extremamente favorável da inflação de alimentos levaram a inflação para patamares mínimos na história. Diante disso, o Banco Central reduziu a taxa de juros em 600 p.b (de 13% a.a para 7% a.a) ao longo do ano, e o Conselho Monetário Nacional (CMN) optou por reduzir a meta central da inflação em 2019 (de 4,5% para 4,25%) e 2020 (de 4,5% para 4%).

A respeito da atividade, após dois anos de recessão, a economia brasileira voltará a registrar crescimento no ano. A melhora no ambiente de negócios e das condições financeiras têm exercido papel fundamental nessa recuperação. Contando com o desempenho favorável do setor agrícola e uma reação do setor de serviços, a economia surpreendeu positivamente as expectativas do mercado, expandindo na margem 1,3% e 0,7% no 1º e 2º trimestre, respectivamente. No 3º trimestre, o crescimento na margem de 0,1% refletiu a melhora no desempenho do consumo e investimento. A economia deverá encerrar o ano com crescimento de 0,9%, expansão ainda distante do potencial

de uma economia emergente. Em virtude dessa retomada da atividade, o mercado de trabalho dá sinais de recuperação. Ainda que concentrado na geração de vagas informais, a taxa de desemprego deverá encerrar 2017 em torno de 12%, após iniciar o ano no patamar de 13,7%.

Esse ciclo de recuperação da atividade com política monetária em território expansionista deverá ser mantido em 2018. O alívio no balanço das famílias e empresas decorrente do ciclo de corte de juros em curso fortalecerá o quadro de consumo e investimento, se tornando os principais propulsores do PIB, que deverá acelerar para 3,0%. A inflação, por sua vez, subirá de 2,9% (2017) para 3,5% (2018). Apesar da aceleração, a ociosidade da economia permitirá que o Banco Central entregue o IPCA novamente abaixo da meta de 4,5%. Nesse cenário, acreditamos que o Copom implemente mais cortes na taxa de juros, levando a Selic para 6,25% a.a, deixando-a nesse nível para o restante do ano. Como fonte de riscos, na conjuntura global poderíamos mencionar um aumento dos juros acima do esperado pelo FED (Banco Central dos EUA). O posicionamento favorável das contas externas, no entanto, deverá mitigar efeitos mais pronunciados sobre a economia brasileira. Internamente, o quadro fiscal, que permanece em estado delicado, exige um comprometimento das autoridades com a continuidade do ajuste e implementação de reformas. Nesse sentido, as eleições presidenciais em outubro adquirirão um peso notório.

A performance dos investimentos da RandonPrev em 2017 foi excelente, capturando a melhora no cenário econômico. Além do retorno nominal significativamente positivo, a rentabilidade em todos os segmentos de aplicação foi superior as metas estabelecidas pela RandonPrev à BRAM (Bradesco Asset Management). Este resultado foi alcançado em função do risco ativo adotado tanto na Renda Fixa, como também na Renda Variável. Na Renda Fixa, mantivemos nossa posição ativa tanto em risco pré-fixado (curto e médio prazos) quanto em títulos atrelados a inflação (prazos intermediários). Na Renda Variável, além da alocação acima do habitual, nossa estratégia de intensificar a seletividade no portfólio, privilegiando empresas com resultados resilientes e com capacidade de se destacar neste processo de recuperação da economia, proporcionou e, acreditamos que continuará proporcionando resultados positivos.

BRAM - Bradesco Asset Management

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS



BALANÇO PATRIMONIAL

em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais

| Ativo | 2017 | 2016 |
|-------------------------|----------------|----------------|
| Disponível | 4 | 3 |
| Realizável | 365.105 | 319.820 |
| Gestão Previdencial | 4.725 | 2.456 |
| Gestão Administrativa | 1.607 | 536 |
| Investimentos | 358.773 | 316.828 |
| Ações | 33.419 | 30.428 |
| Fundos de Investimentos | 325.354 | 286.400 |
| Permanente | 1 | 1 |
| Imobilizado | 1 | 1 |
| Total do Ativo | 365.110 | 319.824 |

| Passivo | 2017 | 2016 |
|-----------------------------------------|----------------|----------------|
| Exigível operacional | 1.591 | 1.259 |
| Gestão Previdencial | 1.227 | 902 |
| Gestão Administrativa | 364 | 240 |
| Investimentos | - | 117 |
| Patrimônio Social | 363.519 | 318.565 |
| Patrimônio de Cobertura do Plano | 351.114 | 308.938 |
| Provisões matemáticas | 336.923 | 301.314 |
| Benefícios concedidos | 163.920 | 133.037 |
| Benefícios a conceder | 173.003 | 168.277 |
| Equilíbrio Técnico | 14.191 | 7.624 |
| Resultados realizados | 14.191 | 7.624 |
| Superávit técnico acumulado | 14.191 | 7.624 |
| Fundos | 12.405 | 9.627 |
| Fundos Previdenciais | 7.766 | 6.573 |
| Fundos Administrativos | 4.639 | 3.054 |
| Total do Passivo | 365.110 | 319.824 |

Ademar Salvador
Diretor Superintendente
CPF n.º 220.575.790-34

Rosemeire Correia Santana
Contadora
CRC n.º 1SP 195774/O- 4
CPF n.º 118.435.598-38

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de Reais

| | 2017 | 2016 | Variação % |
|------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|----------------|
| A) Patrimônio Social - início do exercício | 318.565 | 273.277 | 16,57% |
| 1. Adições | 62.323 | 64.739 | -3,73% |
| (+) Contribuições Previdenciais | 11.371 | 11.053 | 2,88% |
| (+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial | 46.101 | 50.129 | -8,04% |
| (+) Receitas Administrativas | 4.323 | 3.116 | 38,74% |
| (+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa | 528 | 441 | 19,73% |
| 2. Destinações | (17.369) | (19.451) | -10,70% |
| (-) Benefícios | (14.102) | (16.822) | -16,17% |
| (-) Despesas Administrativas | (3.267) | (2.629) | 24,27% |
| 3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2) | 44.954 | 45.288 | -0,74% |
| (+/-) Provisões Matemáticas | 31.397 | 37.388 | -16,02% |
| (+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício | 10.136 | 6.181 | 63,99% |
| (+/-) Fundos Previdenciais | 1.836 | 790 | 132,41% |
| (+/-) Fundo Administrativo | 1.585 | 929 | 70,61% |
| B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3) | 363.519 | 318.565 | 14,11% |

Ademar Salvador
Diretor Superintendente
CPF n.º 220.575.790-34

Rosemeire Correia Santana
Contadora
CRC n.º 1SP 195774/O- 4
CPF n.º 118.435.598-38

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO

ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais

| | 2017 | 2016 | Variação % |
|----------------------------------------------------------------|----------------|----------------|---------------|
| A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior | 3.054 | 2.125 | 43,72% |
| 1. Custeio da Gestão Administrativa | 4.851 | 3.558 | 36,34% |
| 1.1. Receitas | 4.851 | 3.558 | 36,34% |
| Custeio Administrativo da Gestão Previdencial | 3.142 | 2.057 | 52,75% |
| Custeio Administrativo dos Investimentos | 1.146 | 1.060 | 8,11% |
| Resultado Positivo dos Investimentos | 528 | 441 | 19,73% |
| Outras Receitas | 35 | - | 100,00% |
| 2. Despesas Administrativas | (3.267) | (2.629) | 24,27% |
| 2.1. Administração Previdencial | (2.121) | (1.569) | 35,18% |
| Pessoal e encargos | (1.184) | (778) | 52,19% |
| Treinamentos, congressos e seminários | (19) | (22) | -13,64% |
| Viagens e estadias | (26) | (13) | 100,00% |
| Serviços de terceiros | (654) | (580) | 12,76% |
| Despesas gerais | (69) | (58) | 18,97% |
| Depreciações e amortizações | - | (1) | -100,00% |
| Tributos | (169) | (114) | -100,00% |
| Outras Despesas | - | (3) | -100,00% |
| 2.2. Administração dos Investimentos | (1.146) | (1.060) | 8,11% |
| Serviços de terceiros | (1.066) | (986) | 8,11% |
| Tributos | (80) | (74) | -100,00% |
| 4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3) | 1.584 | 929 | 70,51% |
| 5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4) | 1.584 | 929 | 70,51% |
| B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5) | 4.638 | 3.054 | 51,87% |

Ademar Salvador
Diretor Superintendente
CPF n.º 220.575.790-34

Rosemeire Correia Santana
Contadora
CRC n.º 1SP 195774/O- 4
CPF n.º 118.435.598-38

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO DE BENEFÍCIO RANDONPREV

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais

| | 2017 | 2016 | Variação % |
|-------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|---------------|
| A) Ativo Líquido - início do exercício | 315.510 | 271.152 | 16,36% |
| 1. Adições | 60.615 | 63.238 | -4,15% |
| (+) Contribuições | 14.514 | 13.110 | 10,71% |
| (+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial | 46.101 | 50.128 | -8,03% |
| 2. Destinações | (17.245) | (18.880) | -8,66% |
| (-) Benefícios | (14.102) | (16.823) | -16,17% |
| (-) Despesas Administrativas | (3.143) | (2.057) | 52,80% |
| 3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2) | 43.370 | 44.358 | -2,23% |
| (+/-) Provisões Matemáticas | 31.398 | | |
| (+/-) Fundos Previdenciais | 1.836 | 37.388 | -16,02% |
| (+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício | 10.136 | 790 | 132,41% |
| | | 6.181 | 63,99% |
| B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3) | 358.880 | 315.510 | 13,75% |
| C) Fundos não previdenciais | 4.639 | 3.054 | 51,90% |
| (+/-) Fundos Administrativos | 4.639 | 3.054 | 51,90% |

Ademar Salvador
Diretor Superintendente
CPF n.º 220.575.790-34

Rosemeire Correia Santana
Contadora
CRC n.º 1SP 195774/O- 4
CPF n.º 118.435.598-38

DEMONSTRAÇÃO DO

ATIVO LÍQUIDO - PLANO DE BENEFÍCIO RANDONPREV

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais

| | 2017 | 2016 | Variação % |
|------------------------------------|----------------|----------------|---------------|
| 1. Ativos | 365.110 | 319.823 | 14,16% |
| Disponível | 4 | 3 | 33,33% |
| Recebível | 6.332 | 2.992 | 111,63% |
| Investimento | 358.773 | 316.828 | 13,24% |
| Ações | 33.419 | 30.428 | 9,83% |
| Fundos de Investimentos | 325.354 | 286.400 | 13,60% |
| Permanente | 1 | - | 100,00% |
| 2. Obrigações | 1.591 | 1.259 | 26,37% |
| Operacional | 1.591 | 1.259 | 26,37% |
| 3. Fundos não previdenciais | 4.639 | 3.054 | 51,90% |
| Fundos Administrativos | 4.639 | 3.054 | 51,90% |
| 5. Ativo Líquido (1-2-3) | 358.880 | 315.510 | 13,75% |
| Provisões Matemáticas | 336.923 | 301.314 | 11,82% |
| Superávit/Déficit Técnico | 14.191 | 7.623 | 86,16% |
| Fundos Previdenciais | 7.766 | 6.573 | 18,15% |

Ademar Salvador
Diretor Superintendente
CPF n.º 220.575.790-34

Rosemeire Correia Santana
Contadora
CRC n.º 1SP 195774/O- 4
CPF n.º 118.435.598-38

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO DE BENEFÍCIO RANDONPREV

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de Reais

| | 2017 | 2016 | Variação % |
|------------------------------------------------------------|----------------|----------------|---------------|
| Provisões Técnicas (1+2+3+4+5) | 360.107 | 316.530 | 13,77% |
| 1. Provisões Matemáticas | 336.923 | 301.314 | 11,82% |
| 1.1. Benefícios Concedidos | 163.920 | 133.037 | 23,21% |
| Contribuição Definida | 163.898 | 132.995 | 23,24% |
| Benefício Definido | 22 | 42 | -47,62% |
| 1.2. Benefícios a Conceder | 173.003 | 168.277 | 2,81% |
| Contribuição Definida | 166.562 | 158.031 | 5,40% |
| Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es) | 61.753 | 60.221 | 2,54% |
| Saldo de Contas - parcela participantes | 104.809 | 97.810 | 7,16% |
| Benefício Definido | 6.441 | 10.246 | -37,14% |
| 2. Equilíbrio Técnico | 14.191 | 7.624 | 86,14% |
| 2.1. Resultados Realizados | 14.191 | 7.624 | 86,14% |
| Superávit técnico acumulado | 14.191 | 7.624 | 86,14% |
| Reserva de contingência | 1.319 | 2.108 | -37,43% |
| Reserva para revisão de plano | 12.872 | 5.516 | 100,00% |
| 3. Fundos | 7.766 | 6.573 | 18,15% |
| 3.1. Fundos Previdenciais | 7.766 | 6.573 | 18,15% |
| 4. Exigível Operacional | 1.227 | 1.019 | 20,41% |
| 4.1. Gestão Previdencial | 1.227 | 902 | 36,03% |
| 4.2. Investimentos - Gestão Previdencial | | 117 | -100,00% |

Ademar Salvador
Diretor Superintendente
CPF n.º 220.575.790-34

Rosemeire Correia Santana
Contadora
CRC n.º 1SP 195774/O- 4
CPF n.º 118.435.598-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Randonprev Fundo de Pensão é uma entidade fechada de previdência complementar (“EFPC”), sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com seu funcionamento autorizado pela portaria nº 1.074 de 25 de abril de 1994 e operando a partir de 10 de junho de 1994.

O objetivo da Entidade é a administração e execução do plano benefícios de natureza previdenciária, conforme definido no seu Regulamento do Plano de Benefícios. Os benefícios concedidos pelo plano são os seguintes: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefício mínimo.

Os recursos necessários ao atendimento dos objetivos da Randonprev são originados por contribuições de suas patrocinadoras, participantes e dos rendimentos resultantes das aplicações destes recursos.

As empresas patrocinadoras do Plano de Benefícios Randonprev são:

- DRAMD Participações e Administração Ltda.
- Randon S.A. - Implementos e Participações
- Randon Implementos para o Transporte Ltda.
- Raul Anselmo Randon
- Rasip Alimentos Ltda.
- Master Sistemas Automotivos Ltda.
- Randon Administradora de Consórcios Ltda.
- Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.
- Fras-Le S.A.
- Randonprev Fundo de Pensão
- RAR Corretora de Seguros Ltda.
- Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.
- Caixa de Assistência Sistema Saúde Integral - SSI Saúde
- Associação Esportiva e Recreativa Randon - SER Randon
- Cooperativa E.C.M.E dos Empregados das Empresas Randon
- Instituto Elisabetha Randon
- Banco Randon S.A.
- Freios Control Ltd.

O plano de benefícios administrado pelo Randonprev está adequado aos novos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido, resgate e autopatrocínio, conforme disposto na Resolução CGPC nº 6 de 30 de outubro de 2003, sendo aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC em 30 de novembro de 2005 de acordo com o Ofício 2.270/SPC/DETEC/CGAT.

Em 31 de dezembro de 2017, o Randonprev conta com 9.624 (11.667 em 31 de dezembro de 2016) participantes e 242 (218 em 31 de dezembro de 2016) em gozo de benefícios.

A partir de 1º de abril de 2012 iniciou-se a operacionalização dos perfis de investimento da Randonprev utilizando as opções realizadas pelos participantes e assistidos por um dos perfis de investimento: agressivo, conservador ou moderado. Os participantes que já estejam recebendo benefício sob a forma de renda mensal vitalícia pelo plano tiveram seus recursos alocados no perfil conservador.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, especificamente a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, Instrução da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - DC/Previc nº 05 de 08 de setembro de 2011, Instrução da Secretaria da Previdência Complementar - SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, referente a Normas Específicas para os Procedimentos Contábeis, alterada pela Instrução Previc nº 06, de 13 de novembro de 2013, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e as práticas contábeis brasileiras aplicáveis as entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da demonstração do fluxo de caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdenciais, assistencial (quando for o caso), administrativa e de investimentos, proporcione informações adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

A Administração autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 23 de março de 2018 as quais foram elaborados e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (CNPC), aprovadas pelo Conselho Federal de contabilidade - CFC em conformidade com as seguintes normas específicas: Resolução CNPC nº. 08, de 31 de outubro de 2011; Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009.

Para fins de comparabilidade dos saldos apresentados na Demonstração do ativo líquido, os saldos de 31 de dezembro de 2016 foram ajustados em valores considerados não significativos, conforme citado abaixo:

1. Ativos (97)
2. Obrigações (97)

3. Principais práticas contábeis

A escrituração contábil das operações obedece ao plano de contas padrão em vigor para as EFPCs, observadas as normas, os procedimentos e os critérios gerais determinados pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

(a) Apuração do resultado

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebido em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

As contribuições dos autopatrocinados e participantes vinculados diferidos (BPD) são registradas pelo regime de caixa, por ocasião do recebimento conforme prazo previsto no regulamento do plano de benefícios.

(b) Ativo Realizável

Gestão previdencial

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade, relativos às contribuições das patrocinadoras e participantes.

Gestão administrativa

O realizável da gestão administrativa é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

Realizável - Programa de investimentos

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC estabeleceu critérios para registro e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, cujos efeitos foram reconhecidos no resultado do exercício.

Nos termos da Resolução do CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002 e da Resolução nº 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, de acordo com a intenção de negociação da administração na data da aquisição, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

Títulos para negociação – registra os títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor de provável realização.

Títulos mantidos até o vencimento – registra os títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco do país, os quais serão avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Os investimentos em Renda Fixa estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do exercício e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas. As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

As aplicações em fundos de Renda Variável estão demonstradas pelos valores de realização, considerando o valor das cotas na data-base das demonstrações contábeis. As aplicações em ações são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas de corretagem e outras taxas incidentes, sendo avaliadas pelo valor de mercado, considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação foi negociada em Bolsa de Valores, conforme passou a determinar a Resolução CGPC nº 25, de 30 de junho de 2008. Em caso de não haver negociação nos últimos seis meses, a avaliação é efetuada pelo valor patrimonial da ação, deduzidas as provisões para perdas, quando aplicável.

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, são adotados os seguintes critérios:

- i. Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Anbima;
- ii. Ações de companhias abertas, pela cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores; e
- iii. Fundos de investimentos, pelo valor da cota na data do balanço, informada pelo administrador do fundo.

(c) Custódia de títulos

As aplicações no segmento de Renda Fixa estão registradas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP) e os investimentos em ações estão registrados na Cia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), por meio do Banco Bradesco S.A. e Banco Itaú S.A., em atendimento a Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009.

(d) Exigível operacional

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestações de serviços de terceiros por terceiros, investimentos, operações com participantes e obrigações fiscais.

(e) Patrimônio Social - Provisões matemáticas

As provisões matemáticas são constituídas de acordo com os cálculos efetuados por atuário independente, em conformidade com os critérios fixados pela Superintendência de Previdência Complementar - PREVIC, do Ministério da Previdência Social - MPS.

Benefícios concedidos – Referem-se ao valor atuarialmente calculado, dos compromissos líquidos correspondentes a benefícios a pagar aos participantes já em gozo do benefício.

Benefícios a conceder – Correspondem a totalidade dos saldos efetivamente acumulados nas contas previdenciárias de participantes que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada e das reservas relativas aos benefícios de risco.

Benefícios do plano com a geração atual – Referem-se ao valor, atuarialmente calculado, dos compromissos líquidos correspondentes a benefícios a conceder aos participantes.

Provisões matemáticas a constituir – Corresponde a parcela a integralizar relativa aos benefícios concedidos e a conceder apurada por ocasião da avaliação atuarial, conforme disposto na Resolução nº 11 de 5 de setembro de 2002.

Equilíbrio técnico – Todo excedente ou insuficiência patrimonial é registrado na conta de Equilíbrio técnico respeitando às disposições do plano de contas e em conformidade com a Resolução da CGPC nº26, de 29 de setembro de 2008.

(f) Receitas Administrativas

Atendendo à determinação legal contida nas Resoluções CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as receitas administrativas da Fundação são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

(g) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas) e reembolsos (Assistenciais) administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, assistencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo não caracteriza obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da RandonPrev são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

A entidade também constitui fundo administrativo próprio com recursos provenientes de receitas diretas da Gestão Administrativa, conforme previsto do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa. As fontes de custeio da Gestão Administrativa

obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo e esta em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

(h) Tributação

Imposto de Renda – A Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, revogou a MP nº 2222, de 4 de setembro de 2001, que havia criado o Regime Especial de Tributação - RET, dispensando a partir de 1º de janeiro de 2005 a retenção na fonte e o pagamento em separação do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das entidades fechadas de previdência complementar. A referida legislação criou também, um novo regime de tributação, facultando aos participantes de planos de Entidade Fechada de Previdência Complementar estruturados na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável, optarem para que os valores que lhes sejam pagos a título de resgate ou benefícios de renda, sejam tributados no imposto de renda na fonte:

- (i) Por uma nova tabela regressiva, que varia entre 35% a 10%, dependendo do prazo de acumulação dos recursos do participante no plano de benefícios, ou
- (ii) Por permanecerem no regime tributário atual, que utiliza a tabela progressiva do imposto de renda na fonte para as pessoas físicas.

PIS/COFINS – Calculadas à alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate, limitados aos rendimentos das aplicações proporcionadas pelos ativos garantidores das reservas técnicas e pela parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas).

(i) Estimativas atuariais e contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2017 e 2016, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo.

4. Disponível

Representado por depósitos à vista nas seguintes instituições financeiras:

| | 2017 | 2016 |
|---------------------|------|------|
| Imediato | | |
| Banco Bradesco S.A. | 2 | 2 |
| | 2 | 1 |
| Vinculado | | |
| Banco Itaú S.A. | 2 | 2 |
| | 4 | 3 |

5. Realizável - gestão previdencial

| | 2017 | 2016 |
|--------------------|-------|-------|
| Recursos a receber | | |
| Patrocinadoras | 1.737 | 1.402 |
| Participantes | 2.984 | 1.054 |
| Autopatrocinados | 1 | - |
| Outros realizáveis | 3 | - |
| | 4.725 | 2.456 |

Refere-se às contribuições a receber dos participantes do plano e das patrocinadoras referente principalmente a competência do mês anterior.

6. Realizável - gestão administrativa

| | 2017 | 2016 |
|----------------------------------------------|-------|------|
| Contribuição para Custeio - Patrocinador | 1.538 | 506 |
| Contribuição para Custeio - Autopatrocinados | 20 | - |
| Contribuição para Custeio - BPD | 10 | - |
| Outros recursos a receber | 1 | - |
| Tributos a compensar | 13 | - |
| Outros realizáveis | 25 | 30 |
| | 1.607 | 536 |

A totalidade do valor de R\$ 25 (R\$ 30 em 31 de dezembro de 2016) da rubrica outros realizáveis, refere-se a adiantamento de férias, adiantamento de despesas e tributos a compensar.

7. Realizável - investimentos

Composição da carteira

Os investimentos são efetuados de acordo com diretrizes estabelecidas na política de investimentos. A Randonprev classificou todos os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira de investimentos como títulos para negociação.

| | Natureza | 2017 | 2016 |
|-----------------------------|----------|---------|---------|
| Fundos de Investimentos (i) | | | |
| Renda Fixa | Privada | 205.937 | 187.097 |
| Ações | Privada | 39.902 | 19.957 |
| Multimercado | Privada | 75.526 | 76.751 |
| Imobiliário | Privada | 3.989 | 2.594 |
| | | 325.354 | 286.400 |

| | Natureza | 2017 | 2016 |
|-------------------------------|----------|---------|---------|
| Ações | | | |
| Ações no mercado à vista (ii) | Privada | 33.211 | 30.199 |
| Valores a receber | Privada | - | - |
| Juros/Dividendos a receber | Privada | 208 | 229 |
| | | 33.419 | 30.428 |
| | | 358.773 | 316.828 |

(i) Os Fundos de Investimento Financeiros não são exclusivos da Randonprev.

(ii) Referem-se a ações de primeira linha com marcação diária e negociações frequentes no mercado de ações.

Detalhamento dos investimentos:

| Fundo | Administrador | 2017 |
|--------------------------------|--------------------------|---------|
| Itaú Hedge FI | Banco Itaú S.A. | 5.648 |
| Itaú Vértice C RF FI | Banco Itaú. S.A. | 1.937 |
| Itaú INDEX ACOES FI | Banco Itaú S.A. | 7.242 |
| Itaú US EQUI II FICFIA IE | Banco Itaú S.A. | 1.764 |
| Itaú IT INST A PHOENIX FI | Banco Itaú S.A. | 1.010 |
| Itaú HEDGE FI | Banco Itaú S.A. | 10.136 |
| Itaú UBB MASTER RF IRFM | Banco Itaú S.A. | 25.474 |
| Itaú - IU FID W3 FIM | Banco Itaú S.A. | 22.674 |
| Itaú - FOF RPI 30 Ações FIC | Banco Itaú S.A. | 3.763 |
| Itaú - FOF Multi Global EQT | Banco Itaú S.A. | 11.819 |
| Itaú - Verso B RF FI | Banco Itaú S.A. | 19.181 |
| Itaú - Verso RF FI | Banco Itaú S.A. | 10.262 |
| Itaú - Verso P RF FI | Banco Itaú S.A. | 4.053 |
| Itaú - RF Juros Ocean FI | Banco Itaú S.A. | 4.055 |
| Kínea PIPE FIA | Intrag DTVM Ltda | 4.378 |
| Imobiliário | Rio Bravo Administradora | 3.989 |
| BRAM FI RF IMA GERAL | Banco Bradesco S.A. | 114.262 |
| BRADESCO FI MULTIMERCADO PLUS | Banco Bradesco S.A. | 43.098 |
| BRADESCO FIM IE YIELD EXPLORER | Banco Bradesco S.A. | 2.015 |
| BRADESCO GLOBAL FIA - IE | Banco Bradesco S.A. | 13.688 |
| BRAM INST. FDO INVEST. RF IRFM | Banco Bradesco S.A. | 4.039 |
| BRAD H FIM LP MACRO | Banco Bradesco S.A. | 10.867 |
| AÇÕES MERC.A VISTA | Banco Bradesco S.A. | 33.419 |
| Saldo em 31 dezembro de 2017 | | 358.773 |

Detalhamento das Ações

| Ações | 2017 |
|---------------------|--------|
| AMBEV ON | 2.375 |
| B3 AS ON NM | 1.324 |
| BRDESCOPN EB N1 | 2.397 |
| BRASILON EJ NM | 945 |
| BRF FOODS ON NM | 596 |
| ITAU UNIBANCO PN N1 | 3.361 |
| IT AUSAPN N1 | 1.062 |
| PETROBRASON | 1.199 |
| PETROBRASPN | 1.615 |
| VALE R DOCEON N1 | 2.823 |
| Sub-total | 17.697 |
| Outras Ações | 15.722 |
| Total | 33.419 |

| Fundo | Administrador | 2016 |
|----------------------------------------|---------------------|---------|
| Itaú Hedge FI | Banco Itaú S.A. | 9.217 |
| Itaú Vértice C RF FI | Banco Itaú S.A. | 2.227 |
| Itaú - IU FID W3 FIM | Banco Itaú S.A. | 20.334 |
| Itaú - FOF RPI 30 Ações FIC | Banco Itaú S.A. | 9.379 |
| Itaú - FOF Multi Global EQT | Banco Itaú S.A. | 3.158 |
| Itaú - Verso B RF FI | Banco Itaú S.A. | 18.357 |
| Itaú - Verso P RF FI | Banco Itaú S.A. | 11.176 |
| Itaú - RF Juros Ocean FI | Banco Itaú S.A. | 8.575 |
| Itaú - Verso M RF FI | Banco Itaú S.A. | 22.031 |
| Itaú - Pre Longoprazo RF FI | Banco Itaú S.A. | 1.788 |
| Itaú - IT Inst a Phoenix FI | Banco Itaú S.A. | 756 |
| Itaú - Index Ações | Banco Itaú S.A. | 1.983 |
| Itaú - Hedge Plus MM FIC | Banco Itaú S.A. | 5.059 |
| Bradesco F.I Multimercado Plus | Banco Bradesco S.A. | 38.984 |
| Bradesco Global FIA - IE | Banco Bradesco S.A. | 4.703 |
| BRAM FI RF IMA Geral | Banco Bradesco S.A. | 116.290 |
| BRAM Institucional Fundo de Invest RFI | Banco Bradesco S.A. | 6.653 |
| Kínea Pipe Fundo de Investimento | Banco Bradesco S.A. | 3.136 |
| Ações - Companhias abertas | Banco Bradesco S.A. | 28.854 |
| Ações - Companhias abertas | Banco Itaú S.A. | 1.574 |
| Rio Bravo Investimentos | Banco Bradesco S.A. | 2.594 |
| Saldo em 31 dezembro de 2016 | | 316.828 |

Detalhamento das ações

| Ações | 2016 |
|---------------------|--------|
| AMBEV ON | 1.763 |
| BRADESCO EB N1 | 2.655 |
| BRADESCO EJ NM | 1.047 |
| BRF FOODS ON NM | 1.081 |
| ITAU UNIBANCO PN N1 | 2.905 |
| ITAUSAPN N1 | 1.084 |
| PETROBRAS ON | 1.167 |
| PETROBRAS PN | 1.491 |
| VALE R DOCE ON N1 | 1.256 |
| VALE R DOCE PNA N1 | 1.043 |
| Sub-total | 15.492 |
| Outras ações | 14.936 |
| Total | 30.428 |

Composição por prazo de vencimento

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a carteira de títulos era composta de:

| | Faixas de vencimento (em dias) | 2017 | | 2016 | |
|-------------------------|--------------------------------|----------------------------|-----------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| | | Valor investido atualizado | Valor de mercado (contábil) | Valor investido atualizado | Valor de mercado (contábil) |
| Fundos de investimentos | Indeterminado | 325.354 | 325.354 | 286.400 | 286.400 |
| Renda Variável - Ações | Indeterminado | 33.419 | 33.419 | 30.428 | 30.428 |
| Totais | | 358.773 | 358.773 | 316.828 | 316.828 |

Parâmetros de avaliação pelo valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos, são adotados os seguintes critérios:

- Ações de companhia abertas, pela cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada ou, na falta desta, a cotação mais recente em pregões anteriores, publicada no Boletim Diário da Bolsa de Valores.
- Cotas de fundos de investimentos, pelo valor da cota divulgada pelo administrador do fundo na data do balanço.

Metodologia e critérios para avaliação de riscos

Risco de Mercado

O processo de gerenciamento e de controle do risco de mercado das carteiras da Entidade é feito através do cálculo da divergência não planejada.

Risco de Crédito

Para o controle e avaliação do risco de crédito a Entidade utiliza a classificação de risco de crédito das emissões não-bancárias e bancárias das agências classificadoras de risco em funcionamento no País.

Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é preocupação constante para a Entidade que mantém um percentual confortável de seus recursos totais em ativos de liquidez imediata, evitando a possibilidade de que haja qualquer dificuldade em honrar os compromissos previdenciais no curto prazo.

Operacional

A Entidade registra eventuais perdas operacionais incorridas, realiza avaliações periódicas de suas atividades e processos, identificando os riscos inerentes e a efetividade dos controles praticados e quando necessário implanta planos de ação para mitigar os riscos identificados e aprimorar os controles, mecanismo que resulta em menor exposição a riscos.

Legal

Como forma de gerenciar o risco legal, a Entidade avalia todos os contratos junto a seus prestadores que participam do processo de Investimentos da Entidade além de garantir acesso às possíveis mudanças na regulamentação.

Sistêmico

Mesmo diante da dificuldade de gerenciar e avaliar o risco sistêmico, a Entidade procura buscar informações no mercado que a auxiliem nesta avaliação e tomar todas as medidas cabíveis sempre que identificar sinais de alerta no mercado.

8. Exigível operacional

O exigível operacional da Entidade apresenta a seguinte composição:

| | 2017 | 2016 |
|-------------------------------------------|-------------|-------------|
| Gestão previdencial | | |
| Utilizações a pagar | 1.199 | 798 |
| Retenções a Recolher | 4 | 104 |
| Recursos Antecipados | 24 | - |
| | 1.227 | 902 |
| Gestão administrativa | | |
| Despesas a pagar | 256 | 162 |
| Retenções e tributos a Recolher | 81 | 78 |
| Outras exigibilidades | 27 | - |
| | 364 | 240 |
| Programa de investimentos | | |
| Renda variável - mercado de ações a pagar | - | 117 |
| | - | 117 |

A totalidade do valor da rubrica outras exigibilidades na gestão administrativa, refere-se a credores diversos.

9. Provisões matemáticas e fundos

As provisões matemáticas e os fundos foram constituídos de acordo com os cálculos efetuados pelo atuário contratado, Towers Watson em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC.

i) Parcela de contribuição definida

Correspondem às contribuições individuais dos participantes acrescidas das contribuições correspondentes às patrocinadoras.

Composição/Movimentação das Provisões Matemáticas

| | Randonprev | | |
|-----------------------|------------|--------------------------------------------|---------|
| | 2016 | Constituição (reversão) no exercício | 2017 |
| Provisões matemáticas | | | |
| Benefícios concedidos | 133.037 | 30.883 | 163.920 |
| Contribuição Definida | 132.995 | 30.903 | 163.898 |
| Benefício Definido | 42 | (20) | 22 |
| Benefícios a conceder | 168.277 | 4.727 | 173.003 |
| Contribuição Definida | 158.031 | 8.531 | 166.562 |
| Benefício Definido | 10.246 | (3.805) | 6.441 |
| | 301.314 | 35.609 | 336.923 |

10. Equilíbrio técnico

A movimentação do superávit técnico, durante o exercício de 2017, pode ser resumida como segue:

| | 2016 | Constituição (reversão) no exercício | 2017 |
|----------------------------------------|-------|--------------------------------------------|--------|
| Superávit técnico acumulado | 7.624 | 6.567 | 14.191 |
| Reserva de Contingência | 2.109 | (790) | 1.319 |
| Reserva Especial para Revisão do Plano | 5.515 | 7.357 | 12.872 |

A Reserva de Contingência, constituída pelo superávit técnico acumulado, está limitada a 25% (vinte e cinco por cento) das Reservas Matemáticas atuarialmente calculadas, conforme artigo 7 da Resolução CGPC nº 26/2008, servindo de garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos.

Já a Reserva Especial para Revisão do Plano corresponde ao superávit técnico excedente à Reserva de Contingência, conforme estabelece o artigo 8 da

Resolução CGPC nº 26/2008. Em 2014 é o segundo ano consecutivo de sua constituição e conforme o artigo 12 da referida Resolução a Entidade poderá rever o plano de benefícios de forma voluntária ou obrigatória após o decurso de três exercícios.

As principais premissas adotadas no cálculo atuarial de 2017 foram as seguintes:

| Modalidade | Premissa |
|------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------|
| Taxa real anual de juros (i) | 4,76% a.a. |
| Projeção de crescimento real de salário (i) | 2,08% a.a. |
| Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários) (i) | 100% |
| Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios) (i) | 97% |
| Indexador do Plano | Cotas do Patrimônio |
| Hipótese sobre rotatividade | Experiência Randonprev 2008 a 2012 |
| Tábua de mortalidade geral | AT-2000 Basic suavizada em 10% |
| Tábua de mortalidade de inválidos | RRB-1983 |
| Tábua de entrada em invalidez | RRB-1944 Modificada |
| Tábua de Rotatividade | Experiência Randonprev 2008 a 2012 |

(i) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas patrocinadoras levando em consideração a expectativa de reajustes salariais de longo prazo.

O cálculo atuarial das provisões matemáticas considera o método de Capitalização Financeira para os benefícios programados, Crédito Unitário para o Benefício Mínimo e Sistema Misto para os benefícios de risco. Como premissa de projeção do crescimento salarial real utilizou-se o percentual de 2,08% a.a. nas estimativas atuariais.

(a) Benefícios Concedidos

Correspondem ao valor atual dos compromissos futuros da Entidade em relação aos atuais aposentados e pensionistas.

(b) Benefícios a Conceder

b1) Parcela de benefício definido

Correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos a serem assumidos pela Entidade, em relação aos participantes e respectivos beneficiários, que ainda não estejam em gozo de suplementação de aposentadorias, e o valor atual das contribuições que por eles e pelas patrocinadoras venham a ser recolhidas aos cofres da Entidade para sustentação dos referidos compromissos (saldo de conta projetado para os benefícios de aposentadoria por invalidez, pensão por morte e benefício mínimo).

Fundo de Reversão de Contribuições

O Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar (Fundo Reversão de Contribuições) é constituído pela parte da Conta Patrocinadora que não foi considerada no cálculo dos benefícios do plano e poderá ser utilizado para reduzir as contribuições futuras das patrocinadoras.

Em função da revisão obrigatória do plano de Benefício Randonprev, nos termos da Resolução CGPC nº 26/2008, foram constituídos em 31/12/2011 os fundos “Fundo Previdencial - participantes 2011” e o “Fundo Previdencial - patrocinadoras 2011”.

O Fundo Previdencial - patrocinadoras 2011 foi extinto durante o exercício de 2015.

O “Fundo Previdencial - participante 2011”, atribuível aos participantes ativos, assistidos e autopatrocinados do Plano de Benefícios RandonPrev, foi constituído com uma parte da Reserva Especial apurada em 31/12/2011. A parcela da Reserva Especial de 31/12/2011 atribuível aos participantes, assistidos e autopatrocinados foi equivalente a 31,13% da Reserva Especial constituída em 31/12/2011, descontado o valor referente à provisão Matemática a Constituir - Serviço Passado nessa data. Esse fundo foi segregado entre participante ativo, assistido e autopatrocinado na proporção das suas reservas matemáticas individuais de 31/12/2011. Esse fundo é rentabilizado desde janeiro/2012 de acordo com o retorno dos investimentos do plano.

O percentual aplicado à Reserva Especial constituída em 31/12/2011 para criação do “Fundo Previdencial - participantes 2011” descrito acima foi apurado com base na proporção dos valores correspondentes às contribuições normais realizadas pelos participantes, autopatrocinados e patrocinadora em 2009, 2010 e 2011.

Por se tratar ainda do 2º ano de constituição de reserva especial, não haverá destinação dessa reserva nos termos da Resolução CGPC nº 26/2008.

Fundo Administrativo

É constituído mensalmente e consiste no resultado apurado entre as despesas, receitas e transferências entre Programas, acrescido dos valores relativos à rentabilidade obtida com os investimentos realizados. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do fundo administrativo é de R\$ 4.639 (R\$ 3.054 em 31 de dezembro de 2016).

A movimentação dos fundos, durante o exercício de 2017, pode ser resumida como segue:

| | 2016 | Constituição (reversão) no exercício | 2017 |
|----------------------------------------|--------------|--------------------------------------------|---------------|
| Fundo de Reversão | 5.955 | 1.141 | 7.096 |
| Fundo de Revisão de Plano Participante | 618 | 52 | 670 |
| Fundo Administrativo | 3.054 | 1.585 | 4.639 |
| Total dos Fundos | 9.627 | 2.778 | 12.405 |

11. Plano de Gestão Administrativa - PGA

Em atendimento a Resolução CGPC Nº 28, a Randonprev elaborou o regulamento próprio do Plano de Gestão Administrativa - PGA sendo o mesmo aprovado pelo Conselho Deliberativo, observando os aspectos quantitativos e qualitativos dos recursos administrativos da Entidade.

12. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Entidade não apresentava saldos decorrentes de operações conduzidas nos mercados de derivativos financeiros.

13. Governança, gestão e controles internos

A Resolução CGPC nº. 13, de 1º. de outubro de 2004, estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar, adequados ao porte, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios por elas operados, a fim de assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos. A Randonprev em consonância com as boas práticas de governança vem ao longo do tempo introduzindo controles na busca de melhoria dos processos, tendo como consequência mitigação de riscos.

14. Transações entre partes relacionadas

As partes relacionadas da Randonprev podem ser assim consideradas: os Participantes e as Patrocinadoras, cujo relacionamento ocorre por intermédio de Convênio de Adesão para oferecimento do Plano de Benefícios Randonprev para os seus empregados e Dirigentes; e seus administradores, compostos pelos Membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, assim como pelos membros do Conselho Fiscal da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social do Plano. Conforme consta na Política de Investimentos, vigente para o ano de 2017 e 2016, são vedadas as aquisições de quaisquer títulos, inclusive títulos de crédito, de emissão das Patrocinadoras do Plano de benefício administrados pela Randonprev.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Randonprev não mantém saldo decorrentes de transações com partes relacionadas, a não ser pelo curso normal das atividades do plano.

15. Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Randonprev não possui litígios ou contingências classificadas como perda possível ou provável.

16. Legislação

Em 17 de dezembro de 2015 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - MPS/SPC, através da Instrução nº 25, alterou a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 atualizando os modelos e instruções de preenchimento das demonstrações contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

As alterações das Demonstrações Contábeis entraram em vigor na data da publicação da Instrução, produzindo os efeitos de forma facultativa e a critério da Entidade, a partir da data da publicação e, de forma obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2016, em 31 de dezembro de 2016, todos os ajustes nas demonstrações contábeis foram realizados.

Ajuste de Precificação

Para a avaliação atuarial do encerramento de 2015, passa a ser obrigatório o cálculo e aplicação do ajuste de precificação, conforme disposto na Resolução CGPC nº 26/2008, nas situações de equacionamento de déficit e destinação de superávit.

O plano apresenta reserva especial, no entanto, não será feita a destinação dessa reserva especial, nem tampouco há títulos “marcados na curva”. Sendo assim, o ajuste de precificação definido na Resolução CGPC nº 26/2008, não é aplicável.

Reserva de Contingência

De acordo com o art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{provisão matemática}$, o que for menor.

Considerando que a duração do passivo apurada em 31 de dezembro de 2017 do Plano de Benefícios Randonprev foi de 10,40 anos, o limite de 20,40% das provisões matemáticas passa a ser o valor máximo a ser alocado em reserva de contingência. Sendo assim, com um superávit de R\$ 14.191, foi alocado na reserva de contingência o superávit equivalente à R\$ 1.319, e na reserva especial para revisão do plano em 31 de dezembro de 2017 foi alocado o excedente ao limite de 20,40% das provisões matemáticas, equivalente à R\$ 12.872.

Ressaltamos que entende-se por Provisões Matemáticas as provisões cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

Ademar Salvador
Diretor Superintendente
CPF n.º 220.575.790-34

Rosemeire Correia Santana
Contadora
CRC nº 1SP 195774/O- 4
CPF nº 118.435.598-38

PARECERES



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores do Randonprev Fundo de Pensão
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Randonprev Fundo de Pensão (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, e do plano de gestão administrativa, a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas dos planos para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Randonprev Fundo de Pensão em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou plano de benefícios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas

conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 23 de março de 2018.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Wladimir Omiechuk
Contador CRC RS-041241/O-2

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

DE 27/03/2018

No dia 27 (Vinte e sete) de março de 2018, às 16 horas, na sede social localizada na Av. Abramo Randon, nº 770, na Cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, reuniram-se os membros do Conselho Deliberativo do RANDONPREV – Fundo de Pensão, abaixo assinados. Assumiu a presidência dos trabalhos o Presidente, Sr. Alexandre Randon, que convidou a mim, Alexandre Dorival Gazzi, para secretariar a presente reunião, passando-se à deliberação sobre a seguinte Ordem do Dia:

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre as Demonstrações Contábeis do RANDONPREV relativas ao exercício findo em 31/12/2017.

ESCLARECIMENTOS: De acordo com as disposições estatutárias vigentes do RANDONPREV, foram abertos os trabalhos e constituída a Mesa. Preliminarmente, o Sr. Presidente informou que a presente reunião tem por objetivo deliberar sobre as Demonstrações Contábeis do RANDONPREV relativas ao exercício findo em 31/12/2017. Em seguida, o Sr. Presidente informou, ainda, que para a elaboração das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2017 foram observadas as disposições da Resolução CNPC nº 8/2011 e da Instrução SPC nº 34/2009. Esclareceu que, em atendimento às disposições constantes do item 17, do Anexo C, da supracitada Resolução a Diretoria Executiva do RANDONPREV será responsável por encaminhar à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc as Demonstrações Contábeis de 2017 contendo os seguintes documentos: **a)** Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior; **b)** Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício anterior; **c)** Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior; **d)** Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL do Plano do plano de Bnef cio Randonprev comparativa com o exercício anterior; **e)** Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido – DMAL do Plano de Benefícios Randonprev comparativa com o exercício anterior; **f)** Demonstrac o das Provisões Técnicas – DPT do Plano de Benefícios Randonprev comparativa com o exercício anterior; **g)** Notas Explicativas  s Demonstra es Contábeis consolidadas; **h)** Parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes; **i)** Parecer Atuarial emitido pela Willis Towers Watson contendo os resultados da Avalia o Atuarial do Plano de Benefícios Randonprev do exercício de 2017; **j)** Parecer do Conselho Fiscal do RANDONPREV; e **k)** Manifestac o do Conselho Deliberativo do RANDONPREV com a aprova o das Demonstra es Contábeis. O Sr. Presidente ressaltou que os documentos citados nas letras de “a” até “g”, encontram-se assinados e rubricados pelo dirigente máximo do RANDONPREV, bem como pelo profissional de contabilidade devidamente habilitado, ambos identificados pelo seu nome completo, cargo, n  do CPF e n  do CRC – Conselho Regional de Contabilidade, no que diz respeito ao profissional de contabilidade. Destacou que as Demonstra es Contábeis, acompanhadas do Parecer Atuarial e do Parecer dos Auditores Independentes, foram enviadas para análise do Conselho Fiscal do RANDONPREV, que emitiu parecer favorável, o

qual foi encaminhado a este Conselho, juntamente com a documentação pertinente, para análise e deliberação. Salientou que, em atendimento ao disposto na legislação vigente aplicável, a Diretoria Executiva enviará à Previc as Demonstrações Contábeis em conjunto com os documentos pertinentes até 29/03/2018.

DELIBERAÇÃO: Após análise e amplo debate entre os membros presentes, foram aprovadas, por unanimidade, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2017, as quais refletem as operações financeiras e contábeis do RANDONPREV no referido exercício, restando consignada nesta ata de reunião a manifestação favorável deste Conselho Deliberativo em relação aos documentos apresentados.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião para lavratura da ata que depois de lida e aprovada vai pelos presentes assinada.

Alexandre Randon
Presidente

Alexandre Dorival Gazzì
Vice-Presidente/Secretário

Daniel Raul Randon
Conselheiro

João Pedro Crespi
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento às obrigações estatutárias que lhe são conferidas pelo Estatuto e pela legislação vigente aplicável, os membros do Conselho Fiscal do RANDONPREV – Fundo de Pensão reuniram-se nesta data para apreciar as operações financeiras e contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2017, bem como os atos e as contas apresentados pela Diretoria Executiva do RANDONPREV por meio dos seguintes documentos:

- a)** Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- b)** Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
- c)** Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
- d)** Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL do Plano de Benefícios Randonprev comparativa com o exercício anterior;
- e)** Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL do Plano de Benefícios Randonprev comparativa com o exercício anterior;
- f)** Demonstrac o das Provisões Técnicas – DPT do Plano de Benefícios Randonprev comparativa com o exercício anterior;
- g)** Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis consolidadas;
- h)** Parecer dos auditores independente emitido pela KPMG Auditores Independentes; e
- i)** Parecer Atuarial emitido pela Willis Towers Watson, contendo os resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios Randonprev do exercício de 2017.

Examinados os documentos acima listados e constatado por este Conselho que as contas apresentadas encontram-se exatas e atendem ao disposto nas normas contábeis e financeiras aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar, bem como no Estatuto do RANDONPREV, os membros deste Conselho emitem Parecer favorável às informações constantes das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31/12/2017, eis que refletem as atividades do RANDONPREV no referido exercício.

Caxias do Sul, 27 de març o de 2018.

Luiz Carlos de Lima
Presidente

Dion cia Canal
Conselheira

Paulo Sérgio Izaguirre Trindade
Conselheiro

PARECER ATUARIAL

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2017 do Plano de Benefícios Randonprev do RANDONPREV – Fundo de Pensão, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela RANDONPREV posicionado em 31/07/2017.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pelo RANDONPREV, verificamos que eles estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As empresas patrocinadoras do Plano de Benefícios Randonprev são:

- Randon S.A. Implementos e Participações;
- Randon Implementos para o Transporte Ltda.;
- Raul Anselmo Randon;
- Rasip Alimentos Ltda.;
- Master Sistemas Automotivos Ltda.;
- Randon Administradora de Consórcios Ltda.;
- Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.;
- Fras-le S.A.;
- Randonprev Fundo de Pensão;
- Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.;
- Instituto Elizabetha Randon;
- Associação Esportiva e Recreativa Randon;
- Cooperativa E.C.M.E. dos Empregados das Empresas Randon;
- Caixa de Assistência Sistema Saúde Integral;
- Ravímia Corretora Seguros Ltda.;
- DRAMD Participações e Administração Ltda.;
- Banco Randon S.A.;
- Freios Control Ltd.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2017.

As patrocinadoras são solidárias no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pelo RANDONPREV – Fundo de Pensão aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefícios Randonprev.

A avaliação atuarial a qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela portaria nº 179 da Previc, de 06/04/2015, publicada no D.O.U de 07/04/2015.

I – Estatísticas

| Benefícios a Conceder | 31/07/2017 |
|-----------------------------------------------------------------|-------------------|
| Participantes ativos (considerando os autopatrocinados) | |
| Número | 8.353 |
| Idade média (em anos) | 36,7 |
| Tempo de serviço médio (em anos) | 8,9 |
| Participantes em aguardo de benefício proporcional ¹ | |
| Número | 104 |

¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido.

| Benefícios Concedidos | 31/07/2017 |
|----------------------------------------------|-------------------|
| Aposentados válidos | |
| Número | 221 |
| Idade média (em anos) | 64,3 |
| Valor médio do benefício (em reais) | 3.851,28 |
| Aposentados inválidos | |
| Número | 1 |
| Idade média (em anos) | 48,6 |
| Valor médio do benefício (em reais) | 1.933,92 |
| Benefícios proporcionais diferidos recebendo | |
| Número | 0 |
| Idade média (em anos) | 0,0 |
| Valor médio do benefício (em reais) | 0,00 |
| Pensionistas (grupos familiares) | |
| Número | 11 |
| Idade média (em anos) | 62,1 |
| Valor médio do benefício (em reais) | 2.029,92 |

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e o RANDONPREV – Fundo de Pensão e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios Randonprev conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006 e a Instrução nº 23, de 26/06/2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos referentes à parcela de benefício definido do plano foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

| Hipóteses Atuariais | 2017 | 2016 |
|----------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|----------------------------------------------|
| Taxa Real Anual de Juros | 4,76% | 4,76% |
| Projeção de Crescimento Real de Salário | 2,08% | 2,08% |
| Fator de determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários | 100% | 100% |
| Fator de determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios da Entidade | 97% | 97% |
| Tábua de Mortalidade Geral | AT-2000 ¹ | AT-2000 ¹ |
| Tábua de Mortalidade de Inválidos | RRB-1983 | RRB-1983 |
| Tábua de Entrada de Invalidez | RRB-1944 modificada | RRB-1944 modificada |
| Rotatividade | Experiência Randonprev 2008 a 2012 | Experiência Randonprev 2008 a 2012 |
| Hipótese de Entrada em Aposentadoria | 100% na aposentadoria normal | 100% na aposentadoria normal |
| Probabilidade de opção pelos institutos | Resgate: 64% | Resgate: 64% |
| | BPD: 10% | BPD: 10% |
| | Portabilidade: 5% | Portabilidade: 5% |
| Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas (benefícios a conceder) | 93% probabilidade de casado na aposentadoria | 93% probabilidade de casado na aposentadoria |

¹ Tábua segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%.

TAXA REAL ANUAL DE JUROS

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determinam a Resolução CGPC nº 18/2006, a Portaria Previc nº 375/2017 e a Instrução nº 23/2015, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pelo RANDONPREV – Fundo de Pensão para desenvolver o estudo utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano posicionados em 31/12/2016, elaborados com as hipóteses descritas no Parecer Atuarial de 2016 e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente.

Os resultados do estudo de aderência e adequação da taxa real de juros mostram que a expectativa de retorno real composto de longo prazo dos recursos do plano classificados como para negociação é de aproximadamente 4,65% a.a., na média.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela Instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros de 4,76% a.a. para o plano de benefícios. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 375/2017 para esse plano (limite inferior: 4,38% e limite superior: 6,66%).

Assim, pode-se afirmar, com elevado nível de confiabilidade estatística a aderência da taxa real de juros de 4,76% a.a., condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente a taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

Os dados cadastrais do estudo foram providenciados e validados pelo Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB) e as informações relativas aos investimentos providenciadas e validadas pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ).

O referido estudo foi submetido para aprovação pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo do RANDONPREV – Fundo de Pensão, e aprovado por meio de parecer pelo Conselho Fiscal da Entidade.

Sendo assim, o RANDONPREV – Fundo de Pensão e as patrocinadoras do Plano de Benefícios Randonprev optaram por adotar a taxa real anual de juros para 4,76% a.a., mesma taxa da avaliação atuarial de 2016.

PROJEÇÃO DO CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO

A taxa de projeção do crescimento real de salário deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo das patrocinadoras do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

A Willis Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios Randonprev, realizou, em novembro de 2016, estudo de aderência da hipótese de projeção de crescimento real de salários para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006 e na Instrução nº 23, de 26/06/2015, apresentando o crescimento salarial real de 2,08% a.a.

O referido estudo foi submetido para a aprovação pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo do RANDONPREV – Fundo de Pensão.

Os dados cadastrais do estudo foram providenciados e validados pelo Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB).

As patrocinadoras consideraram que a taxa de projeção do crescimento real dos salários apontada no estudo reflete as suas expectativas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado, de acordo com a respectiva política de Recursos Humanos.

FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, pagos na forma de renda por prazo certo em reais, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período

de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes dos salários que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% para os salários reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independente da inflação.

O fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios de 97% reflete o resultado do estudo realizado em novembro/2016.

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrência de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

A Willis Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios Randonprev, realizou, em novembro de 2016, estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006 e na Instrução nº 23, de 26/06/2015. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses: Tábua de Mortalidade Geral, Tábua de Mortalidade de Inválidos, Tábua de Entrada em Invalidez, Tábua de Rotatividade, Entrada em Aposentadoria, Crescimento Real dos Salários, Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários e dos benefícios, Probabilidade de opção pelos institutos e Composição familiar.

Para 2017 foram mantidas essas hipóteses atuariais utilizadas na avaliação atuarial de 2016, visto que segundo a Instrução nº23/2015, esse estudo de aderência possui validade de 3 anos.

REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS ATUARIAIS

Os benefícios do Plano de Benefícios são avaliados pelo Regime de Capitalização, conforme descritos a seguir:

- Aposentadoria Normal, Antecipada, Aposentadoria por Invalidez (parcela de contribuição definida), Benefício Proporcional, Pensão por Morte (parcela de contribuição definida), Portabilidade, Resgate de Contribuições, Benefício Adicional e Benefício Especial: Método de Capitalização Financeira;
- Benefício Mínimo e parcela de benefício definido da Aposentadoria por Invalidez e Pensão por Morte: Método do Crédito Unitário.

O método atuarial adotado gera custos ligeiramente crescentes, porém esse efeito pode ser minimizado, ou mesmo anulado, caso haja um afluxo suficiente de novos empregados.

III – Patrimônio Social

Com base no Balanço do Plano de Benefícios Randonprev administrado pela RANDONPREV - Fundo de Pensão, de 31 de dezembro de 2017, o Patrimônio Social é de R\$ 363.519.189,85.

O RANDONPREV – Fundo de Pensão informou que todos os seus títulos do Plano de Aposentadoria Randonprev estão enquadrados na categoria “Títulos para Negociação”.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pelo RANDONPREV – Fundo de Pensão.

IV – Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2017 é a seguinte:

| | Valores em R\$ |
|--------------------------------------------------------------------------|-----------------------|
| Patrimônio de Cobertura do Plano | 351.114.318,85 |
| Provisões Matemáticas | 336.923.288,54 |
| <i>Benefícios Concedidos</i> | 163.920.368,83 |
| Contribuição Definida | 163.898.229,83 |
| Saldo de Conta de Assistidos | 163.898.229,83 |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização | 22.139,00 |
| Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados | 22.139,00 |
| Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados | 0,00 |
| <i>Benefícios a Conceder</i> | 173.002.919,71 |
| Contribuição Definida | 166.561.557,71 |
| Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es) | 61.753.149,97 |
| Saldo de Contas – Parcela Participantes | 104.808.407,74 |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado | 5.098.194,00 |
| Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados | 8.714.655,00 |
| Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es) | (3.616.461,00) |
| Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes | 0,00 |
| Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado | 1.343.168,00 |
| Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados | 2.349.580,00 |
| Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es) | (1.006.412,00) |
| Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes | 0.00 |

| | Valores em R\$ |
|-----------------------------------------------|----------------------|
| <i>Provisão Matemática a Constituir</i> | 0.00 |
| Serviço Passado | 0.00 |
| Patrocinador(es) | 0.00 |
| Participantes | 0.00 |
| Déficit Equacionado | 0.00 |
| Patrocinador(es) | 0.00 |
| Participantes | 0.00 |
| Assistidos | 0.00 |
| Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias | 0.00 |
| Patrocinador(es) | 0.00 |
| Participantes | 0.00 |
| Assistidos | 0.00 |
| <i>Equilíbrio Técnico</i> | 14.191.030,31 |
| Resultados Realizados | 14.191.030,31 |
| Superávit Técnico Acumulado | 14.191.030,31 |
| Reserva de Contingência | 1.318.554,20 |
| Reserva Especial para Revisão de Plano | 12.872.476,11 |
| Déficit Técnico Acumulado | 0.00 |
| Resultados a Realizar | 0.00 |
| Fundos | 12.404.871,00 |
| Fundo Previdencial | 7.766.322,45 |
| Revisão de Saldo por Exigência Regulamentar | 7.095.975,54 |
| Revisão de Plano | 670.346,91 |
| Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial | 0,00 |
| Fundo Administrativo | 4.638.548,55 |
| Fundo de Investimento | 0,00 |

O Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar (Fundo Reversão de Contribuições) é constituído pela parte da Conta Patrocinadora que não foi considerada no cálculo dos benefícios do plano e poderá ser utilizado para reduzir as contribuições futuras das patrocinadoras.

Em função da revisão obrigatória do Plano de Benefícios Randonprev, nos termos da Resolução CGPC nº 26/2008, foram constituídos em 31/12/2011 os fundos “Fundo Previdencial – participantes 2011” e o “Fundo Previdencial – patrocinadoras 2011”.

O “Fundo Previdencial – patrocinadoras 2011” foi extinto durante o exercício de 2015.

O “Fundo Previdencial – participantes 2011”, atribuível aos participantes ativos, assistidos e autopatrocinados do Plano de Benefícios Randonprev, foi constituído com uma parte da

Reserva Especial apurada em 31/12/2011. A parcela da Reserva Especial de 31/12/2011 atribuível aos participantes, assistidos e autopatrocinados foi equivalente a 31,13% da Reserva Especial constituída em 31/12/2011, descontado o valor referente à Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado nessa data. Esse fundo foi segregado entre participante ativo, assistido e autopatrocinado na proporção das suas reservas matemáticas individuais de 31/12/2011. Esse fundo é rentabilizado desde janeiro/2012 de acordo com o retorno dos investimentos do plano.

O percentual aplicado à Reserva Especial constituída em 31/12/2011 para criação do “Fundo Previdencial – participantes 2011” descrito acima foi apurado com base na proporção dos valores correspondentes às contribuições normais realizadas pelos participantes, autopatrocinados e patrocinadoras em 2009, 2010 e 2011.

Por se tratar ainda do 2º ano de constituição de reserva especial, não haverá destinação dessa reserva nos termos da Resolução CGPC nº 26/2008.

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

Conforme disposto na Resolução CGPC nº 26/2008, o cálculo e aplicação do ajuste de precificação deve ser obrigatório nas situações de equacionamento de deficit e destinação de superavit.

O plano apresenta reserva especial, no entanto, não será feita a destinação dessa reserva especial, nem tampouco há títulos “marcados na curva”. Sendo assim, o ajuste de precificação definido na Resolução CGPC nº 26/2008, não é aplicável.

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

De acordo com o art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, o resultado superavitario deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{provisão matemática}$, o que for menor.

Considerando que a duração do passivo apurada em 31/12/2017 do Plano de Benefícios Randonprev foi de 10,40 anos, o limite de 20,40% das provisões matemáticas passa a ser o valor máximo a ser alocado em reserva de contingência. Sendo assim, com um superávit de R\$ 14.191.030,31, foi alocado na reserva de contingência o superávit equivalente à R\$ 1.318.554,20, e na reserva especial para revisão do plano em 31/12/2017 foi alocado o excedente ao limite de 20,40% das provisões matemáticas equivalente à R\$ 12.872.476,11.

Ressaltamos que entende-se por Provisões Matemáticas as provisões cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

V – Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2017 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2016 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2017.

| | Valores em R\$ | | Variação em % |
|------------------------------|---------------------|-------------------------------|---------------|
| | Exercício Encerrado | Exercício Anterior Atualizado | |
| Passivo Atuarial | 336.923.288,54 | 340.366.438,71 | -1,01% |
| <i>Benefícios Concedidos</i> | 163.920.368,83 | 163.920.468,87 | 0,00% |
| Contribuição Definida | 163.898.229,83 | 163.898.229,83 | 0,00% |
| Benefício Definido | 22.139,00 | 22.239,04 | -0,45% |
| <i>Benefícios a Conceder</i> | 173.002.919,71 | 176.445.969,84 | -1,95% |
| Contribuição Definida | 166.561.557,71 | 166.561.557,71 | 0,00% |
| Benefício Definido | 6.441.362,00 | 9.884.412,13 | -34,83% |

Convém ressaltar que do Passivo Atuarial de R\$ 336.923.288,54, apenas 1,92% (R\$ 6.463.501,00) é atuarialmente determinado com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois corresponde à parcela das provisões matemáticas de benefícios concedidos e à parcela das provisões matemáticas de benefícios a conceder relativa aos benefícios de risco e/ou benefício mínimo. Os 98,08% restantes (R\$ 330.459.787,54) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade do RANDONPREV – Fundo de Pensão.

A redução da provisão matemática de benefícios a conceder parcela de benefício definido deve-se à redução significativa do número de benefícios proporcionais diferidos com direito a benefício mínimo em função de atualização de cadastro feita pela Randonprev.

VI – Plano de Custeio

PATROCINADORA

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, as patrocinadoras deverão efetuar, a partir de 01/01/2018, as contribuições mensais equivalentes a 1,23% da folha de salários de participantes, sendo 0,15% correspondente à contribuição para cobertura do Benefício Mínimo e da parcela de Benefício Definido dos benefícios do plano e 1,08% para a cobertura das despesas administrativas.

Adicionalmente, as patrocinadoras deverão efetuar as contribuições definidas no regulamento estimadas em 1,14% da folha de salários de participantes correspondente à contribuição normal e 0,001% correspondente à contribuição especial, na hipótese de todos os empregados elegíveis a efetuar contribuições ao plano o façam pelo percentual máximo.

PARTICIPANTES

As contribuições dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no Regulamento do plano, as quais foram estimadas em 0,59% da folha de salários de participantes, sendo 0,56% correspondente à contribuição básica e 0,03% correspondente à contribuição adicional, tomando por base os dados cadastrais posicionados em 31/07/2017.

AUTOPATROCINADOS E BENEFÍCIOS PROPORCIONAIS DIFERIDOS

Os participantes autopatrocinados deverão efetuar as contribuições de participantes e patrocinadoras definidas no regulamento, além da contribuição de 0,15% do salário de participação para cobertura do Benefício Mínimo e da parcela de Benefício Definido dos benefícios do plano.

Também os participantes autopatrocinados e os que estão no aguardo do recebimento do benefício proporcional diferido deverão efetuar a contribuição de 1,08% do salário de participação para custeio das despesas administrativas.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição definida apresentadas neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

RESUMO COMPARATIVO DO PLANO DE CUSTEIO

Apresentamos a seguir quadro comparativo dos percentuais apurados atuarialmente indicados para 2017 com os que deverão ser praticados em 2018.

| Taxas de contribuição em % da folha de participação | Novo plano de custeio (a vigorar a partir de 01/01/2018) | Plano de custeio anterior |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|----------------------------------|
| <i>Patrocinadoras</i> | | |
| Normal (benefício mínimo e parcela de Benefício Definido dos benefícios do plano) | 0,15% | 0,15% |
| Contribuição Total das Patrocinadoras | 0,15% | 0,15% |

VII – Conclusão

As provisões matemáticas apresentadas neste parecer são estimativas e baseadas em premissas sobre eventos futuros. Determinadas regras do plano, julgadas imateriais do ponto de vista atuarial, não são avaliadas. Outras regras são calculadas por aproximação na avaliação atuarial para apuração dos compromissos do plano. A Willis Towers Watson adota aproximações em seus cálculos que, de acordo com sua avaliação, não resultam em diferença expressiva em relação aos resultados que seriam obtidos usando cálculos mais detalhados ou dados mais precisos.

As premissas atuariais adotadas foram determinadas através de estudos de aderência elaborados conforme a legislação vigente.

Futuras avaliações atuariais podem apresentar resultados diferentes dos registrados neste parecer devido a diversos fatores, dentre eles destacamos: experiência do plano diferente da prevista nas premissas econômicas ou demográficas; alteração nas premissas econômicas ou demográficas; mudança nas regras do plano e/ou na legislação; e eventos significativos ocorridos nas patrocinadoras, tais como reestruturações, aquisições e alienações.

Os resultados apresentados neste parecer estão diretamente vinculados à precisão e integridade dos dados e informações de responsabilidade da entidade e suas patrocinadoras.

O superávit do Plano de Benefícios Randonprev do RANDONPREV – Fundo de Pensão decorre da alteração no perfil da população, dos retornos dos investimentos obtidos ao longo dos anos anteriores, bem como da reversão do Fundo de Ganhos e Perdas Atuariais existente no balancete de 31/12/2008 em função da Resolução CGPC nº 26/2008. Entretanto seu aumento no exercício de 2017 deve-se principalmente a reavaliação, por parte do RANDONPREV – Fundo de Pensão, da quantidade de participantes aguardando benefício proporcional diferido com direito a benefício mínimo.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios Randonprev administrado pelo RANDONPREV – Fundo de Pensão, informamos que o plano encontra-se solvente em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Este parecer atuarial foi elaborado para o RANDONPREV – Fundo de Pensão com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2017. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com o RANDONPREV – Fundo de Pensão em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2018.

Natasha Leal Ayres Lobianco
MIBA nº 930

Carla Maria Seabra Assunção
MIBA nº 842



RANDONPREV
Fundo de Pensão



www.randonprev.com.br

RANDONPREV

Produzido por

